

Sem IPMF, GAZETA MERCANTIL NOVOS

cortes

21 JUN 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

Decorridos oito dias do anúncio do programa econômico do governo Itamar Franco, poucos avanços ocorreram. Não foi possível definir os "cortes" orçamentários, que serão encaminhados ao Congresso Nacional, e prevalecem gigantescas dificuldades para equacionar o "rombo" do Orçamento Geral da União. A disposição de negociar com os governadores uma solução para as dívidas dos estados com a União terá, ainda, de se traduzir num "encontro de contas", pois os estados consideram-se, também, credores do governo federal. O projeto de lei complementar de regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) — considerado absolutamente crucial pelo governo para fechar suas contas neste ano — ganhou urgência urgentíssima, mas não pôde ser votado na semana que passou por falta de quórum. Nova tentativa de aprovação ficou para a sessão plenária desta terça-feira, na Câmara dos Deputados.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conversou, ao longo da semana passada, com uma dezena de governadores, para garantir apoio à aprovação do projeto de lei da rolagem da dívida dos estados, envolvendo US\$ 18 bilhões em débitos contratuais. Somente nesta semana, porém, é que as medidas concretas (estão previstos inúmeros atos legais, como decretos, projetos de lei e projetos de lei complementar) começarão a ser anunciadas, dando vida e regras para o que a equipe econômica chama de "novo regime fiscal".

A insistência do governo em aprovar a regulamentação do IPMF tem sido um problema para a aceitação do programa econômico no Congresso Nacional. "O governo julga o IPMF essencial. Este é o problema", comentou o deputado Germano Rigotto (PMDB/RS), relator do projeto substitutivo da rolagem das dívidas estaduais.

Sem os US\$ 3,6 bilhões, mais ou menos, de receita do IPMF, o corte de gastos de US\$ 6 bilhões da conta de investimento e custeio para pagar outras despesas orçamentárias torna-se mais do que insuficiente. "Se o IPMF não passar no Congresso, a contrapartida serão mais cortes, pois, se os deputados não dão receitas para os gastos que escreveram no orçamento, vão ter de arcar

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

Sem IPMF, novos...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

com os custos dessa decisão", alertou o assessor especial do ministro da Fazenda, Edmar Bacha, conforme relato da editora Vera Saavedra Durão. Nesse caso, sublinhou Bacha, o corte teria que subir para a casa dos US\$ 10 bilhões.

"Parece que o governo não teve consciência das consequências quando fez o pacote", comentou o deputado Wladimir Palmeira, líder do PT, lembrando que o Congresso e governadores "continuarão resistindo".

Se boa parcela da resistência, no Congresso, estaria no IPMF, não menos importante politicamente

será a decisão do governo de cortar os US\$ 6 bilhões de projetos apresentados pelos parlamentares, no orçamento, para o funcionalismo público, a Previdência Social e reforçar as verbas para manutenção dos hospitais do INAMPS.

A situação orçamentária é muito grave. Há um déficit operacional embutido nas contas do governo federal de cerca de US\$ 14 bilhões. Isto significaria um déficit operacional de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), considerando o PIB de US\$ 420 bilhões, cifra que inviabiliza qualquer iniciativa de prosseguimento de um acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

21 JUN 1993

GAZETA MERCANTIL